



ID: 21078365

18-06-2008

Câmaras só conseguem pagar metade das dívidas

CERCA DE 70% DAS AUTARQUIAS não tinham dinheiro para liquidar dívidas de curto prazo em 2006.

Bruno Faria Lopes
blopes@economicasgsp.com

As autarquias em Portugal têm capacidade financeira para pagar menos de metade das suas dívidas, indica o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2006, a que o Diário Económico teve acesso. No total, os municípios deviam no final de 2006 cerca de 6,64 mil milhões de euros, 61% dos quais à banca. Lisboa continua a ser uma das câmaras com maiores dificuldades financeiras.

O relatório feito por quatro economistas da Universidade do Minho - com o patrocínio de instituições como o Tribunal de Contas e a Câmara de Técnicos Oficiais de Contas - su-

Carmona Rodrigues, presidente da Câmara de Lisboa em 2006



blinha que 30% dos compromissos assumidos pelas autarquias em 2006 ficaram por pagar, mais que os 25% registados no ano anterior. "É preocupante a conclusão quando se associa o total destes compromissos por pagar (que não incluem compromissos futuros), ao reduzido valor global dos créditos das autarquias sobre terceiros (...), ou mesmo do total das dívidas a receber de curto prazo e às disponibilidades em caixa e bancos", aponta o relatório.

Tendo em conta os limites ao endividamento impostos pela nova Lei das Finanças Locais - peso das dívidas a fornecedores inferior a 50% das receitas totais do ano anterior - 71 municípios (23% do total) estariam em situação de desequilíbrio fi-

nanceiro estrutural ou ruptura financeira. Apesar de ter melhorado face ao ano anterior, a falta de global de liquidez (767 milhões de euros) continua a ser um problema grave para as autarquias - quase dois terços (70%) das 306 câmaras verificadas no relatório têm liquidez negativa, ou seja, não são capazes de cobrir as dívidas de curto prazo. As dificuldades financeiras explicam que apenas 73 municípios (ainda assim mais 10 que em 2005) não tenham recorrido a empréstimos bancários em 2006.

O retrato geral aponta ainda os erros amadores cometidos por algumas câmaras e o facto de muitos municípios não saberem ao certo o valor do património que têm.

Os problemas de Lisboa

A autarquia liderada desde Julho de 2007 por António Costa continua a ser uma das câmaras com situação financeira mais difícil. Lisboa liderava na maioria dos indicadores negativos em 2006: é o único grande município que aparece na lista negra de 35 autarquias com a maior dívida por habitante; tem a maior dívida a terceiros (980,9 milhões de euros), superior ao somatório dos sete municípios seguintes na lista; é a autarquia com mais falta de capacidade para liquidar dívidas de curto prazo (um desequilíbrio de 179,4 milhões de euros). Por fim, aparece na lista das câmaras com maior desequilíbrio financeiro - um défice considerado estrutural pelo Tribunal de Contas e que viria a comprometer o plano de saneamento apresentado no ano passado por António Costa. ■

Relatório pede racionalização do pessoal nas autarquias

As despesas com pessoal representaram 30,5% do total dos gastos das câmaras em 2006, seguida das despesas de investimento (26,4%) e das compras de bens e serviços (20,2%). Este peso do pessoal - no total as autarquias têm cerca de 131 mil funcionários, segundo a Base de Dados da Administração Pública (2006) - é maior no caso dos grandes municípios, nota o relatório, que reconhece que a estrutura administrativa das câmaras "é tradicionalmente pesada, originando encargos quase inamovíveis". Assim, os autores do estudo recomendam "a aplicação de um programa semelhante ao PRACE", que o ministério das Finanças criou para reduzir a dimensão da administração central do Estado. O relatório constata ainda as variações significativas do peso com o pessoal entre municípios, propondo uma análise caso a caso às reais necessidades das câmaras.



A câmara de Lisboa devia mais de 980 milhões de euros em 2006.

LISBOA LIDERA DÍVIDAS

A capital do país apresenta alguns dos piores indicadores financeiros, mas o problema é mais amplo. Cerca de 70% das câmaras não têm capacidade para pagar as suas dívidas de curto prazo. O grande peso das despesas - com pessoal, por exemplo - é apenas uma das explicações.

MUNICÍPIOS

- Mais endividados
- Menos endividados
- Contas equilibradas (Calculado a partir da combinação de dez indicadores financeiros)

Madeira

Açores



AS CINCO MAIORES DÍVIDAS

Lisboa lidera as autarquias mais endividadas, com um valor superior ao somatório das sete câmaras seguintes na lista. É também o município com maior falta de liquidez. (Valores em milhões de euros)



CONTAS EQUILBRADAS

Braga e Matosinhos têm dívidas grandes mas compensam noutros critérios. Cascais melhorou muito. (População em unidades)

	POPULAÇÃO	PONTUAÇÃO (0-100)
1 Mafra	66.453	93
2 Cascais	185.279	90
3 Matosinhos	169.104	83
4 Cast. Branco	54.574	81
5 Braga	173.946	79

AS CINCO MENORES DÍVIDAS

As câmaras menos endividadas são, por regra, as que têm menos habitantes. (Valores em milhões de euros)



Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006

Infografias Susana Lopes | Slopes@economicasgsp.com



Paisa News

DE ONDE VEM O DINHEIRO DAS CÂMARAS

1 Estado é maior fonte de receita

■ As transferências do Estado são a maior fonte de receita das autarquias em Portugal, seguida dos impostos e taxas cobrados (34,8%) e da venda de bens e serviços (9,2%). O peso dos impostos varia com a dimensão do município - de 11,7% para os pequenos, até 52,6% para os grandes.

ESTADO

Peso das transferências do OE

42,8%

2 Mais imobiliário, mais receita

■ Cascais, Sintra, Oeiras, Loulé e Odiveelas são as câmaras nas quais os impostos são mais importantes para a receita total, com um peso acima dos 60%. Lisboa (11º lugar) e Porto (18º) também estão na lista. São as autarquias com maior crescimento imobiliário, com reflexos na receita de IMI e IMT.

CASCAIS

Peso dos impostos na receita

66,9%

3 Apenas 23% são independentes

■ Considera-se que uma autarquia é financeiramente independente quando as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais. Apenas 70 municípios (23% do total) tem independência financeira, ou seja, não depende quase em exclusivo do Estado.

INDEPENDÊNCIA

Peso das receitas próprias

50%